

CARTA ABERTA

Dirigida a Sua Ex.^a o

PRESIDENTE DA REPUBLICA

pelo Grupo "Seara Nova"

Ex.^{mo} Senhor:

Diz-se, Ex.^{mo} Senhor, que é V. Ex.^a partidário de se iniciar, sem tardança, uma política de pacificação e reconstrução de Portugal: por isso nos dirigimos a V. Ex.^a, para lhe pedir que persevere nessas ideias construtivas, e lhe apresentarmos a maneira de ver de um grupo consciente de patriotas.

Chama-se esse grupo *Seara Nova*. Ouvirá dizer V. Ex.^a que a *Seara Nova* pouco peza. Dizem-no pessoas habituais ao processo de agir dos partidos políticos, e que não contam com as forças morais. Outros lhe dirão que é comunista e bolchevista, e outras fantasias do mesmo género. A *Seara Nova* é democrata, e só ignorantes poderão supôr compatíveis o relativismo democrático e o absolutismo comunista. Em primeiro lugar, tendo uma forma de mentalidade essencialmente construtiva, persistentemente concretizadora, entende esse grupo que não deve entrar na faina política mais activa sem uma prévia elaboração e propaganda de ideias nítidas: por isso, pelo que respeita à acção externa, se tem limitado até agora a seguir com o maior interesse todas as obras que julga uteis, tais como a Junta de Educação, a reorganização da Biblioteca, os congressos de Agricultura, a reforma da educação publica apresentada ao Parlamento; pelo que toca à propaganda de ideias prosseguirá nela este próximo inverno, por meio de conferências e vários escritos nas publicações periódicas em que tem simpatias; e, pelo que se refere à organização interna, reserva-se o direito de a ir fazendo sem grandes anúncios para o grande publico.

Não quer isto dizer, Ex.^{mo} Senhor, que sejamos candidatos aos postos políticos nas grandes fainas de reconstrução. A *Seara Nova* não é um partido, nem se opõe a partido algum: deseja, sim, ajudar os partidos a aperfeiçoarem-se e a governar bem. O importante, para nós, não é ter a glória de reformadores: é que a reforma se ponha em obra. Não somos destituídos de convicções, de persistente boa vontade, e, em alguns ramos, de especializada competência técnica: e é nessa esrita qualidade que desejamos ser prestáveis, como voluntários colaboradores de uma política nacional. Estas palavras que empregamos farão compreender a V. Ex.^a que não somos «pretendentes»; que buscamos trabalhos, e não «lugares»; que ambicionamos servir, em suma, não a nós, nem uma classe, mas sim a Nação.

As causas permanentes da anarquia

O governo que, quando V. Ex.^a tomou o seu cargo, presidia o meneio dos negócios publicos, logrou manter a ordem geral no que respeita ás manifestações visíveis, dando-nos, assim, uma intermitencia na série de lutas de mão armada que têm enegrecido a nossa História, desprestigiando-nos no estrangeiro: teve, no sr. Vitorino Guimarães, um ministro das Finanças, com intuitos de economia, de quem o Parlamento e o ambiente desprezaram a boa vontade: esboçou, com o sr. ministro Joaquim Ribeiro, uma obra do maior alcance pela pasta da Agricultura; e, na da Instrução Publica, levou ao Congresso um projecto de lei cujas linhas essenciais, sendo as que nós mesmos preconizámos, merecem logicamente

o nosso elogio e o nosso apoio; no conjunto, porém, a accção desse ministério, sendo acaso sufficiente para os dias comuns de qualquer paiz, não pôde estar, como convinha, á altura da situação; e se lhe não regateamos elogios como mantenedor da ordem visível, temos que confessar que também manteve, na plenissima virtualidade dos seus efeitos mais deploráveis, as causas profundas e fundamentais da nossa anarquia permanente, a qual, como se sabe, não é menos grave e abominável naqueles momentos em que não supura, sangrenta, na luta estoiraz dos caminhos publicos.

São causadores da nossa crise certos defeitos muito graves, de V. Ex.^a bem conhecidos, no arranjo económico da grei e na educação que tem recebido. No combate a essa crise não é possível dar preferencia a um qualquer de tais factores: porque, se a formação social é o elemento básico da educação, a educação, por sua vez, é o factor de mais importancia na formação social de todos nós. O jogo da causalidade, nos fenómenos sociais, apresenta-se sempre como um circulo, em que tudo é, ao mesmo tempo, a causa da sua causa e o efeito do seu efeito.

Cumpré, portanto, iniciar ao mesmo tempo a solução dos dois problemas.

Permaneceu V. Ex.^a alguns anos em Inglaterra, e lá estudou, certamente, as causas do predomínio das populações anglo-saxónicas, onde quer que se estabeleçam; e de ahí, por contraste, as da decadencia em que vegetamos. Tem, pois, critério para avaliar das soluções gerais do nosso problema: cumpre, porém, fazer dele uma ligeira análise.

Viu decerto V. Ex.^a a diferença fundamental: a orientação particularista do individuo anglo-saxónico, a orientação comunitária do individuo português; notou depois que as instituições (do Estado e sem ser do Estado) têm o mesmo nome que em Inglaterra, mas outras funções e outros fins, outra natureza e outros efeitos, porque são sempre pervertidas pelo carácter da sociedade; percebeu, decerto, que todas elas tendem a transformar-se em simples pretextos, cujo fim verdadeiro é sustentar umas certas castas, subtraindo a gente culta e os clientes da gente culta á concorrência natural e ao esforço progressivo; verificou também que a vida económica é em grande parte artificial, vivendo por isso as «forças vivas» muito menos das forças próprias que das forças que lhes empresta o Estado, á custa, afinal, de todos nós, porque todos nós somos o Estado; advertiu que muitas instituições, em vez de factores de fomento são factores de esterilização; que o Estado aqui é o órgão básico de um parasitismo estrutural, dos interesses mais contrários aos interesses da comunidade, desenvolvendo-se na proporção das calamidades nacionais; viu o crédito organizado, não tanto para dar auxilio á nossa média e pequena industria, como para perverter as actividades em várias manobras de especulação; observou, decerto, nestas ultimas, um movimento desproporcionado ao trabalho honesto e produtivo; viu o Norte a debater-se na pulverização da propriedade, e despovoado o Sul do Paiz por falta de impulso colonizador; viu a penuria do arvoredo e desaproveitados os nossos rios: importantes matérias primas, como a cortiça, exportadas em bruto para o estrangeiro, para as importarmos manufacturadas; viu a necessidade de restringirmos, no orçamento geral do Estado, as despesas improdutivas com a parte do pessoal que pouco faz, e

de aumentarmos consideravelmente os dispendios produtivos, em instrumentos de trabalho e na educação de competências técnicas; viu grande numero dos nossos rurais forçados a fugir para o Brasil, ou para a conquista de lugares do Estado; patenteou-se-lhe, enfim, a urgência de abrir, por todas as fôrmas, a mocidade portuguesa, ao sair da escola ou da sua aldeia, campos bastantes de actividade nas funções «usuais» e produtivas, em prejuizo das «liberais», e de modificar agora com esse fito, por um plano harmonico de vida nova, as condições da Economia e o ideário da Educação.

O problema português é um: o da estrutura social da grei; mas cumpre, para o atacar, considerá-lo, ao menos, nas seguintes faces:

a) o politico-administrativo; b) o financeiro; c) o agrário; d) o agronómico; e) o das industrias; f) o educativo.

O problema politico e o financeiro

a) E' necessária a reforma do actual regime parlamentar, cujos defeitos, hoje, ninguém de boa fé contesta já. Não preconizamos um parlamento técnico, substitutivo do parlamento politico; desejamos, porém, ao parlamento politico conceder o esteio de uma assembleia técnica, introduzir na Constituição o «referendo» e a «iniciativa», e moralizar cuidadosamente os processos eleitorais, como se fez, por exemplo, na Argentina. Por outro lado, não preconizamos o Presidencialismo puro; mas desejamos o presidente mais liberto dos parlamentos, e que não limite a sua função, como agora, ao de máquina de assinar papeis onde se põe tudo o que os outros querem: que ele possa (por outros termos) ante o Parlamento e os partidos, defender legalissimamente a vontade da Nação, quando o Parlamento e os partidos se divorciarem dessa vontade.

Cumpra, também, descentralizar a administração publica: *mas proceder ahí, como no resto, pelo método experimental*, educando pacientemente a capacidade autonomista das *élites* provinciais, e ensaiando as várias reformas em áreas restritas do território, antes de pensar em generalizá-las a todo o ambito do Paiz.

b) E' o das finanças um problema que nos não compete minuciar agora; mas faltariamos ao que devemos a V. Ex.^a e ao Paiz se lhe não confessássemos a nossa opinião de que não é possível resolvê-lo sem medidas bem dolorosas, e reduzindo o funcionalismo aos elementos mais vitais, criadores e progressivos. Evidentemente, *só teria autoridade para tais medidas quem abrisse, ao mesmo tempo, novos campos de actividade*, emprêgos para os sacrificados, por meio de reformas criadoras na economia nacional; cumprindo não esquecer que, segundo o aforismo bem conhecido, não pôde haver finanças sãs onde não houver politica sã, e que nada sólido se pôde alcançar sem a valorização da nossa moeda, dependente, como se sabe, da balança comercial.

O problema agrário

c) Já ninguém, no nosso tempo, defende o absolutismo individualista do direito de propriedade. A propriedade é uma função social, e deve, portanto, submeter-se a regras, para maior vantagem da sociedade. As modificações que sob este critério convém que introduzamos no nosso direito, pelo que respeita á propriedade rustica, teriam as mais delas por fins essenciais:

1.^o—Promover a colonização, a fixação do homem na terra pátria, e o aparecimento da pequena ao pé da grande propriedade, nos sitios em que predomina esta ultima;

2.^o—Impulsionar a concentração parcelária nas regiões onde se padece do excessivo parcelamento;

3.^o—Impellir ao alargamento das culturas;

4.^o—Corrigir as deficiencias da legislação civil no que respeita ao arrendamento dos prédios rusticos;

5.^o—Mobilizar a propriedade, facilitando por essa fôrma a concessão de créditos á agricultura.

Essas reformas de carácter juridico, outras de indole educativa, outras de organização do crédito e dos transportes, são indispensáveis ao pleno effeito das reformas agronómicas; e, reciprocamente, só por estas alcança-

ção o seu fim. E' necessário que acentuemos, perante o publico português (tão unilateral e tão simplista) a quasi absoluta inutilidade (e por vezes inconveniência) de todas as medidas e reformas que se decretam isoladamente.

O problema agronómico

A acção técnica do Estado, no problema agronómico português, tem que definir-se, por um lado, pelo que toca á agricultura, e pelo que toca á silvicultura, pelo outro.

No que concerne á agricultura, as medidas que a situação reclama poderiam sumariar-se da seguinte fôrma:

1.^o—Assistencia técnica, competente, á lavoura;

2.^o—Fornecimento directo de meios de produção, já em géneros (maquinaria e utensilagem, gados, sementes, adubos, etc.), já em capital (crédito agrícola);

3.^o—Melhoramentos no ambiente físico, especialmente pela hidráulica agrícola e pelo incentivo á colonização (desbravamento de incultos, divisão e aproveitamento de baldios, etc.);

4.^o—Incentivo á comercialização dos produtos agrícolas.

Pelo que respeita á silvicultura, a acção do Estado pela natureza do problema, pela situação da maior parte dos perimetros a arborizar—terá que ser, por via de regra, uma integral execução dos trabalhos necessários por conta própria. O facies mesológico do Paiz attribue-lhe características de uma região florestal, devendo as matas revestir-lhe uns 40 % da superficie, ou seja o dôbro da área silvicola de agora. Cumpre intensificar imediatamente, e a todo o transe, a arborização por conta publica, mediante aumentos de dotação e o reforço necessário do quadro técnico actuante, embora sob o regime contractual ou de empreitadas.

Envolve a assistencia técnica, como primeiro ponto a resolver, a preparação de técnicos excelentes. A solução deste problema conduz, por via lógica, á criação de especialistas, pelo estudo em escolas agrícolas que dêem os conhecimentos basilares, e pelo trabalho em nucleos técnicos de estudos regionais (as estações agrárias) que minuciem aqueles conhecimentos na applicação ás necessidades agrícolas de cada região bem diferenciada; da combinação destes estudos num departamento central resultaria o conhecimento agrícola do Paiz, alicerce científico de toda a obra.

Claro, como é condicionada a sciencia agronómica por um longo labôr experimental, por uma forte especialização, e, ainda, por uma estreita adaptação do trabalho ao ambiente geral em que se opera (estudos regionais) haverá que condenar, de maneira radical, as organizações que centralizam, burocratizando-os, os serviços dos problemas técnicos (que cumpre atacar ao mesmo tempo em vários pontos do Paiz, com a modalidade especifica que, em cada ponto, o ambiente regional determina); e condenar também, do mesmo passo, as que dispersem pelo Paiz os técnicos isolados, sem a necessária coordenação científica. Desses vícios, até hoje dominantes, resulta o estar por fazer ainda o reconhecimento agronómico de Portugal, e o faltar aos nossos técnicos, por via de regra, aquele cabedal de sciencia concreta, sem o qual a faina de propaganda é exercida com timidez, quando se requiere vigor combativo e o entusiasmo próprio de um apostolado estrênuo.

E' preciso que, sempre que se trate incontestavelmente de meios materiais de progresso agrícola, os subministre o Estado aos lavradores, ensinando-os a servirem-se deles: em certos casos, como adiantamento simples, em outros como empréstimo, em outros, ainda, como fornecimento com bonus, comunicando assim aos particulares aquele espirito progressivo que deve animar a governação.

O que se sabe sobre o problema hidráulico é na verdade quasi nada. Releva, pois, organizar metódicamente o seu estudo, decompondo-o por bacias hidrográficas. Conviria que promovesse estes estudos uma repartição especial, constituida por um nucleo fixo, e pequeno, de técnicos especializados, ao qual se agregariam, a titulo de empreitadas, e para cada estudo a realizar, os trabalhadores necessários das diferentes categorias. A orientação suprema dos estudos deveria ser pedida, para obra

verdadeiramente eficaz, a uma das competências estrangeiras de autoridade internacional, que se chamam em toda a parte sempre que um problema complexo de especialidade tem de ser posto em equação. Feitos os estudos, seguir-se-iam as respectivas obras. Raríssimas vezes competiria ao Estado o tomá-las à sua conta: conviria formar empresas, ficando ao Estado a acção fiscal. A ideia de muitas obras de pequeno vulto deve preferir-se neste caso a quaisquer planos de grandes obras.

Pelo que respeita à comercialização, importa, antes de tudo, infundir confiança ao produtor—ponto em que claudicou a nossa política desde a guerra, com tabelamentos, taxas de exportação e empecilhos de vária ordem.

O pouco que se fez e o muito que resta a fazer

Como dissémos, iniciou uma obra importante o ministro sr. Joaquim Ribeiro, se bem que embaraçada de muitas formas pela inércia da burocracia. Haviam-se já fundido, no tempo do ministro Ernesto Navarro, os serviços de instrução e do fomento agrícolas—medida essencial para assegurar a cooperação técnica: recentemente, instituíram-se as estações agrárias, definindo-se o princípio basilar de que não há fomento duradouro sem investigação anterior rigorosamente conduzida, para exacto conhecimento do ambiente em que se opera; delineou-se o exercício de uma estação agrária central, a que, entre outras funções, cabe a de formar por tirocinio os técnicos experimentais que se devem espalhar pelos outros núcleos.

No que respeita aos auxílios directos à lavoura, em material, legislaram-se as medidas mais urgentes desde a passagem de António Granjo pelo ministério da Agricultura. Criou-se uma Junta de Fomento Agrícola, administradora de um Fundo de Fomento Agrícola, á semelhança do que se fazia no departamento da Instrução com o Fundo de Ensino Agrícola, o qual, dentro da modestia dos seus recursos financeiros, tem prestado reais serviços ás escolas de agricultura. Ficaram sendo atribuições daquele Fundo o custear subvenções para a lavoura mecânica, e prémios de cultura para superfícies arroteadas de novo. A lavoura acudiu prontamente a aproveitar estes auxílios: compraram-se numerosos tractores e alguns aparelhos de debulha, graças áquelas subvenções; e tem aumentado animadoramente, de ano para ano, os requerimentos de prémios pelo arroteamento de novas áreas, não obstante a pequenez deles. Importa porém observar que, estando reduzidas, quasi, as receitas do Fundo á magra dotação orçamental, nunca foi possível ter em dia o pagamento das subvenções, e dar início a outros trabalhos, como, por exemplo, o custeio de estudos de hidráulica agrícola. No orçamento vigente foi aumentada a dotação, e o ministro sr. Joaquim Ribeiro consignou ao Fundo algumas receitas importantes, das quais a principal é um imposto da Moagem, igual á diferença entre os preços do trigo exótico e do nacional. Ao mesmo tempo, foram alargadas as atribuições do dito Fundo de Fomento, de maneira que se concedessem, por exemplo, bonus para adubações, se adiantassem pequenas máquinas, se contractassem técnicos estrangeiros, etc.; e remodelou-se a Junta que administra o Fundo, dando larga representação ás classes agrícolas.

Releva prosseguir nesta obra com a máxima intensidade, *gastando com ela o que for preciso, não admitindo que seja por ali que se façam os cortes orçamentais*. Há despesas mais necessárias que as mais necessárias reduções de gastos. Ora, não tem sido possível obter do Ministério das Finanças, no momento em que nos encontramos, as próprias dotações aprovadas no Orçamento: o Fundo de Fomento Agrícola não recebe os seus duodécimos, e tão pouco o do Ensino Agrícola; os estabelecimentos, escolas, postos agrários, viram embaraçadas as colheitas, embaraçados agora os trabalhos culturais do novo ano, por atrasos de pagamentos. Aventuraram-se os lavradores a despesas que são vultosas, em tractores e maquinaria agrícola, fiados na subvenção que o Estado agora lhes não concede; e vê-se impossibilitado o Laboratório de Patologia Veterinária,

estabelecimento modelar, mas pobre, de acudir á devastação da massa pecuária do País; não há vacinas, e são pagas, as importadas, por preços exorbitantes. Assim se passam as coisas, como se não fôsse a agricultura, com a educação, uma das essenciais alavancas para o resurgimento de Portugal!

Por outro lado, cumpre que a organização do crédito e transportes facilite a comercialização dos produtos nacionais.

O problema industrial

Demorámo-nos mais com a agricultura, porque é nela que são possíveis os remédios mais rápidos, e de maior vantagem social, á crise que atravessamos.

e) Pelo que respeita ao problema industrial, propunha o manifesto da União Cívica, o seguinte:

a) Emenda da Lei das Aguas, sob este critério: 1.º—caducidade de todas as concessões actuais em que se não tenham cumprido as cláusulas relativas ao prazo marcado para começo das obras, ou em que se não haja trabalhado com a intensidade correspondente á que tecnicamente devia haver para serem executadas no período respectivo, assim como daquelas em que se tenham pedido modificações e prorrogações, e as obras não estejam em plena actividade, revertendo á disponibilidade do Estado as concessões caducas, *para salvaguarda dos interesses nacionais*; 2.º—classificação das quedas de água, e seu agrupamento, para concessão oportuna em máxima vantagem do trabalho português; 3.º—intervenção efectiva do governo para a realização imediata dos aproveitamentos hidro-eléctricos fundamentais e da rede fundamental de transportes de electricidade; 4.º—reserva dos melhores valores hidro-eléctricos potenciais para o aproveitamento por portugueses; 5.º—cumprimento estrito da lei emendada, fóra da tradicional indiferença burocrática;

b) Estimulo á utilização dos combustíveis nacionais na produção de electricidade por capitais portugueses, principalmente para o abastecimento da região industrial de Coimbra e Lisboa. Reserva das minas de carvão e dos outros jazigos minerais, para a actividade portuguesa.

c) Quotização *obrigatória* da industria regional para a execução das obras de abastecimento da força por empresas portuguesas, com a colaboração facultativa dos municípios, no critério da grande centralização do aproveitamento hidro ou termo-eléctrico.

d) Melhoria do rendimento do trabalho português pelo encerramento *obrigatório* das oficinas e fábricas condenadas pelas más condições higiénicas ou pelo mau aparelhamento e localização; reforma das utilizáveis, dentro de períodos e critérios definidos.

e) Concessão de favores para o aproveitamento da sucata de ferro e fabrico de máquinas agrícolas adaptadas ao ambiente português; favores ás industrias proveitosas do linho, do açúcar de beterraba, do alcool industrial para combustível, do frio* (especialmente nos caminhos de ferro, nos mercados e nos portos), da secagem de produtos agrícolas, da pesca do bacalhau, etc.

O problema pedagógico

f) E' costume de portugueses insistir no que os separa, e não naquilo que os póde unir: nos pretextos de antagonismo e não nos motivos de cooperação. Faltanos o senso social, somos irredutíveis e absolutistas; ninguém se contenta, por isso, de poder impôr parcialmente a sua opinião ou o seu critério; e, se se diverge num pormenor, não se procura colaborar: ataca-se a obra no seu conjunto, com arranques de nevroptia e cegueiras de touro em furia.

Não procederam dessa forma os individuos que colaboraram com o ministro sr. Camoegas; comportam-se assim, todavia, a mór parte dos poucos criticos e adversários desse projecto. Sente-se neste o concurso, ou convergencia, de critérios diferentes mas complementares, e sem prejuizo, portanto, da sua unidade. O sensato, tanto nos defensores como nos criticos, seria reconhecer, antes de tudo, o que há excelente na tentativa, e apresentar depois com simpatia as correções e aditamentos,

pois como um esboço para ser emendado se apresentou, aliás, o projecto de lei. Quanto a nós, conviria separar no projecto, as medidas susceptíveis de realização imediata, a saber:

- 1.^a—Criação de 4 escolas experimentais: infantil, primária, secundária, de continuação, com novo regime de composição de cursos;
- 2.^a—Modificação dos programas;
- 3.^a—Criação do Museu Pedagógico de Lisboa, com o fim de organizar desde já material de ensino para as escolas, publicar guias para os professores, etc.;
- 4.^a—Remodelação do ensino normal e criação do Instituto de Sciencias da Educação;
- 5.^a—Criação de uma Junta de Promoção de Estudos;
- 6.^a—Criação de uma Junta de Estudos Sociais;
- 7.^a—Criação de uma Residencia de Estudantes;
- 8.^a—Fundação de um internato no tipo das Escolas Novas;
- 9.^a—Contracto de professores estrangeiros, para, sobretudo, o ensino de continuação e o ensino técnico;
- 10.^a—Nomeação de uma comissão executiva das reformas, e de uma comissão de reforma do ensino superior.

Necessidade de uma governação excepcional

Tais são as medidas que, em resumo, nós julgamos mais instantes, e que (repetimos) só supomos eficazes no conjunto das realizações.

Não é já possível pôr em duvida que são necessárias a Portugal, nos apuros a que está chegado, medidas de governo excepcionais—que só poderão ser iniciadas, num lapso de tempo mais ou menos curto, por métodos excepcionais de governação. A profundidade, a concentração e a rapidez de tais medidas não se compadecem com a morosidade, com as resistencias passivas de toda a ordem, do sistema parlamentar *tal como tem funcionado*. Em resumo, cremos que, assentes as linhas fundamentais de um plano geral de reorganização, cumpre formar, com politicos de prestigio moral, que se vão buscar onde quer que estejam, assistidos dos técnicos mais competentes, e seguros do acatamento e da disciplina da força armada—um governo que, com largas autorizações, possa resolver sinceramente o nosso problema financeiro, e lançar as bases, enfim, da reorganização da nacionalidade.

Desejamos muito que os partidos queiram enveredar por essa estrada. Não nos anima qualquer empenho no desprestigio dos politicos; bem ao contrario; e é com máguia que verificamos, nos partidos portugueses, a ausencia de planos de governação; com máguia os vemos declararem-se aptos a fornecer ministérios ao Paiz, a si mesmos se considerando democratas e republicanos, e não darem ao povo, sequer, aquela importancia bem pequena de lhe explicarem, em duras palavras, como pretendem governá-lo. A situação a que chegámos já não admite dilações; sabe V. Ex.^a que ela é pior—muito pior—do que tendem a fazer crer as informações officiais. A politica que se vem seguindo, fingidamente democrática, tem já contados os seus dias; e, ou a matam os próprios politicos por vias ordeiras e legais, com a reforma dos velhos costumes; ou ela cairá ás mãos da revolta, abatida por um golpe de força—golpe que, oxalá, para bem de todos, eles se esforcem por tornar inutil.

Perigos de uma ditadura militar

Sabe V. Ex.^a que, com efeito, existe quem pense neste momento numa ditadura militar, sob a sugestão dos acontecimentos de Espanha; e, a avaliar pelo que ouvimos, têm os individuos que nela pensam certas convicções que nos parecem erradas. E' que creem esses individuos que o governo de Primo de Rivera se tem mantido como uma manifestação caracteristica do chamado «espírito das direitas», uma reacção contra as ideias democraticas; e sonham, por isso, organizar governo com homens animados desse espirito, e ligados, mais ou menos, ás oligarquias que exploram a gaei. Não po-

deria haver maior engano, a nosso juizo, ácerca da verdadeira natureza das condições de existencia do Directório espanhol. O Directório, se pôde suprimir neste momento os processos de administração, os meios, as fórmulas constitucionais, que instituíram no passado século os partidários da Democracia (supondo-as conducentes aos seus fins) com aplauso de grande parte da opinião publica, foi porque essas fórmulas imperfeitas, adoptadas porque se supunha (repetimos) que fôsem os meios mais adequados para atingir os fins da Democracia—deram o resultado contraproducente de virem a ser (lá como cá, em Espanha como em Portugal) um obstáculo á realização do ideal dos democratas, e um instrumento das oligarquias; e por isso a acção do Directório, olhada a principio com desconfiança por todos os democratas da nação espanhola, recebe já agora o decidido apoio de elementos avançados, na legitima acepção desta palavra—porque se tem mostrado, afinal, em certas medidas decretadas e em vários actos que praticou, realmente democrática e reprimidora das oligarquias. De outra fôrma, já o Directório espanhol estaria a estas horas desacreditado, e sob a ameaça de desmoronamento. Deveriam pensar neste facto os que sonham em Portugal com um governo militar de inspiração reacçãoária, aliado ás oligarquias.

Por outro lado, os que sonham com um movimento radical extremista, não deveriam esquecer que, se são necessarias, com efeito, medidas libertadoras, elas requerem, no emtanto, ponderação e disciplina, a maior decisão patriótica mas os menores abalos na sociedade, toda a generosidade compativel com uma reforma para maior justiça, toda a calma e toda a prudencia conciliável com a renovação—impondo, por isso, os sacrificios necessarios, mas só os necessarios, procedendo sempre sem paixão, e com o maior respeito e liberdade para as convicções religiosas de cada um.

Diríamos tambem (e tanto aos primeiros como aos segundos) que as circunstancias de Portugal não são as mesmas que as de Espanha; que nem o povo português comprehenderia as coisas da mesma fôrma, nem a força armada portuguesa está como está a espanhola; que a intervenção militar na politica é sempre delicada e perigosissima, e que por isso os militares, sem deixarem de se interessar pelo governo do seu Paiz, e de exercer a sua influencia para que se regenere e se moralize, devem limitar, no emtanto, ao minimo necessario, a sua directa intervenção nos negócios do governo.

Aos politicos, enfim, pediríamos que não sonhem na continuação dos processos vulgares de até agora, do deixar-se ir pela corrente, daquelle respeito da gente inerte pelos abusos consagrados, nem em pôr a governar o Paiz individuos desacreditados por quaisquer fortes responsabilidades no agravamento dos nossos males, e sem autoridade, portanto, para desfazer o que fizeram. Um dia, que já não vem longe, há de ser necessario arripiar caminho, remar enfim contra a maré, reagir com calma, mas a valer, contra o sistema de tantos erros, abusos, inércias, parasitismos, origens permanentes das desgraças nacionais. Desistam os politicos portugueses de escamotear de alguma maneira os augeos reformadores, de fingir que andam marcando passo, e de tentar meter em antigos ôdres, segundo a imagem dos Evangelhos, o vinho novo e generoso das aspirações dos «homens bons». Talvez se riam dos nossos avisos; mas um dia (ou a bem, ou a mal) vêr-se há que em nós lhes falava a razão.

Expostas assim sumariamente as nossas convicções sobre o momento politico, subscrevemo-nos, Ex.^{mo} Senhor,

de V. Ex.^a,
atentos veneradores,

O Grupo "Seara Nova"

Damos aos nossos leitores a agradável noticia de que, a partir dos próximos numeros, contamos com a colaboração regular dos srs. drs. José de Magalhães e Vicente Ferreira.